ISSN: 2358-8829

ACOLHER PARA COLHER: FORTALECIMENTO DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CARUARU-PE

Hilma Cristina Cunegundes de Amarantes[1]
Maisa Alves de Lima[2]
Priscila Ferreira dos Santos[3]

INTRODUÇÃO

A Educação Especial Inclusiva consolida-se na contemporaneidade como um paradigma educacional e social indiscutível, pautado no direito universal de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todas as crianças e estudantes no ensino regular. Esse modelo supera a mera integração física ao exigir transformações nas estruturas organizacionais, nas concepções pedagógicas e nas práticas de gestão escolar. A proposta dialoga diretamente com marcos regulatórios e teóricos de alcance internacional e nacional, a exemplo da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que preconiza a orientação inclusiva das escolas regulares como o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que ratifica a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida.

No cotidiano das redes públicas de ensino, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), operado prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), desempenha papel estratégico na identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade. No entanto, a plena efetivação da inclusão não se esgota nas paredes da escola nem na atuação isolada do docente especialista. Ela requer a articulação orgânica entre a instituição escolar e as famílias das crianças e estudantes público-alvo da Educação Especial, além do apoio sistemático de redes externas socioassistenciais e de saúde.

O Projeto "Acolher para Colher", concebido e coordenado pela Gerência de Educação Especial Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Caruaru-PE, foi formulado em 2024 e mantido em 2026 como resposta à necessidade de institucionalizar um espaço permanente de acolhimento, escuta, formação e corresponsabilidade. O projeto visa fortalecer o engajamento parental, estreitar os vínculos entre a comunidade e a escola e garantir o acompanhamento pedagógico contínuo das crianças e estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, atingindo uma cobertura expressiva na rede pública com aproximadamente 3 mil crianças e estudantes impactados diretamente e indiretamente por suas ações.

ISSN: 2358-8829

A justificativa da intervenção repousa na evidência empírica e na literatura científica de que a participação ativa da família, quando combinada com a ação articulada do AEE e da rede intersetorial (Unidades Básicas de Saúde — UBS, Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, entre outros), acelera o ganho de autonomia, melhora a comunicação alternativa, consolida habilidades cognitivas e socioemocionais e reduz a vulnerabilidade social dos núcleos familiares.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, exploratório e documental, voltada à análise reflexiva do planejamento, execução e desdobramentos operacionais do Projeto "Acolher para Colher" na rede municipal de ensino de Caruaru-PE.

1. Estrutura Operacional e Descentralização

A execução do projeto ocorre de forma descentralizada nas unidades escolares do município que abrigam Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). O plano de ação é ancorado em um cronograma regular composto por quatro encontros presenciais ao longo do ano letivo, realizados com periodicidade trimestral. A mediação direta é conduzida pelos professores do AEE em parceria com as equipes gestoras e pedagógicas das escolas. Concede-se autonomia metodológica aos docentes para adequar as dinâmicas gerais às peculiaridades culturais, geográficas e sociais das comunidades urbanas e rurais de Caruaru.

2. Eixos de Intervenção Pedagógica, Socioemocional, Formativa e Intersetorial

O projeto viabiliza-se por meio da combinação estruturada e aprofundada de quatro eixos metodológicos de ação interligados:

- Eixo 1 — Palestras Informativas, Sensibilizadoras: Este eixo é planejado para romper a assimetria de informação e empoderar os núcleos familiares como sujeitos ativos de direitos. As palestras ocorrem em auditórios ou pátios escolares, com o suporte de recursos audiovisuais e linguagem acessível. Abordam-se detalhadamente: a apresentação minuciosa dos direitos assegurados pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Declaração de Salamanca, Estatuto da Pessoa com Deficiência e legislações municipais; o esclarecimento das obrigações da escola e do Estado no combate às barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas; a explicação passo a passo sobre a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), demonstrando como o currículo é

adaptado e qual o papel das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); debates direcionados ao desmonte de estigmas e ao fortalecimento do letramento anticapacitista; além da apresentação de estratégias práticas de organização do espaço físico e das rotinas de estudo no ambiente doméstico.

- Eixo 2 — Rodas de Conversa, Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos: Configuram-se como espaços horizontais de escuta qualificada e compartilhamento de vivências, organizados em círculos para favorecer o contato visual e a proximidade afetiva. As ações compreendem: a mediação de momentos por professores do AEE e técnicos convidados (psicólogos e assistentes sociais) onde os pais e cuidadores externam livremente as suas angústias, dores do diagnóstico, sobrecarga da rotina de cuidados e expectativas de futuro, num ambiente isento de julgamentos moralistas; a socialização de estratégias bem-sucedidas no manejo de comportamentos desafiadores e na adaptação da rotina doméstica, reduzindo o isolamento social de mães atípicas e fortalecendo redes informais de solidariedade; e a ressignificação do binômio família-escola através da construção de um canal direto de transparência e corresponsabilidade.

- Eixo 3 — Oficinas Práticas de Capacitação Parental e Autonomia: Braço aplicado e oficial do projeto, no qual os familiares aprendem a manipular e confeccionar ferramentas didático-assistivas. As oficinas desdobram-se em: produção colaborativa de jogos didáticos sensoriais, pranchas de pareamento, materiais com textualizações táteis e adaptadores de empunhadura a partir de recursos de baixo custo e materiais recicláveis; instrução prática para a montagem de cartões e pranchas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) com pictogramas (como o Sistema PECS) para utilização unificada na SRM, na sala regular e no lar; apresentação e treino em programas livres, aplicações móveis de acessibilidade, leitores de tela e recursos de Tecnologia Assistiva (TA); e elaboração de quadros de rotinas visuais sequenciais para o desenvolvimento de competências socioemocionais e autonomia nas Atividades de Vida Diária (AVDs).

- Eixo 4 — Governança, Mediação Intersetorial e Redes de Proteção Social: Estrutura de suporte e articulação institucional responsável por conectar a Educação Especial Inclusiva às demais políticas públicas essenciais do município. A sua operacionalização organiza-se através de: mapeamento diagnóstico e identificação de demandas extrapedagógicas durante as abordagens escolares, articulação direta com a rede de saúde pública (Unidades Básicas de Saúde — UBS, CAPS e Policlínicas) orientações para agendamento prioritário de consultas especializadas (neuropediatria, psiquiatria infantil), terapias (fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia), integração socioassistencial com o CRAS, CREAS e Secretaria de Desenvolvimento Social

para inclusão no Cadastro Único (CadÚnico), concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) articulação intersecretarial (Cultura, Esporte, Lazer e Direitos Humanos).

3. Monitoramento e Procedimentos Éticos

Para a gestão dos dados e avaliação contínua da política pública, o corpo docente registra sistematicamente os resultados e a frequência de cada encontro em um formulário digital oficial via *Google Forms*. O processo respeita rigorosamente os parâmetros éticos de sigilo das informações pessoais, preservação da imagem dos menores e consentimento dos participantes nas instâncias institucionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentação teórica do projeto dialoga com os pressupostos da Educação Especial Inclusiva, da Sociologia da Educação e da Psicologia Histórico-Cultural.

A consolidação legal da educação como direito de todos e dever do Estado encontra sustentação na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece a centralidade das reformas educacionais voltadas a atender as diferenças individuais. Na legislação pátria, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consagrando o AEE como serviço indispensável à eliminação de barreiras. Em 2015, a Lei nº 13.146 (LBI) representou um divisor de águas ao reafirmar a obrigatoriedade do sistema educacional inclusivo e vedar qualquer forma de recusa de matrícula.

Na dimensão relacional entre escola e família, Mantoan (2003) enfatiza que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige a quebra de paradigmas tradicionais e a instituição da corresponsabilidade. Para a autora, a família não deve ser tratada como mera espectadora das decisões escolares, mas como parceira ativa no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de estratégias inclusivas. Essa visão é ampliada por Baptista et al. (2015), que destacam as múltiplas perspectivas da escolarização inclusiva ao defender que as trajetórias escolares são favorecidas quando há sinergia entre os serviços especializados e a rede socioafetiva da criança e do estudante.

No campo do desenvolvimento humano, a teoria sociointeracionista de Vygotsky (1998) fornece a sustentação teórica para o papel das oficinas e da mediação pedagógica parental. Vygotsky postula que as funções psicológicas superiores são construídas a partir das interações sociais e da mediação por instrumentos e signos culturais. Diante da deficiência, o autor defende a busca por "caminhos indiretos" ou compensatórios de desenvolvimento. As oficinas práticas do projeto capacitam a família a atuar como

mediadora qualificada no ambiente doméstico, utilizando recursos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa para ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) da criança.

Adicionalmente, Castro e Sousa Alves (2019) reforçam que a formação docente continuada e a inovação nas práticas pedagógicas precisam andar lado a lado com a escuta das realidades sociais, justificando a integração da mediação intersetorial (UBS, CRAS) como elemento indispensável para garantir a permanência e a dignidade do estudante e da criança na escola pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: IMPACTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A análise dos dados empíricos e institucionais coletados ao longo das edições do Projeto "Acolher para Colher" evidencia transformações profundas na dinâmica pedagógica, no clima escolar e na governança pública da rede municipal de ensino de Caruaru-PE, beneficiando diretamente um contingente aproximado de 3 mil crianças e estudantes público-alvo da Educação Especial.

1. Fortalecimento de Vínculos e Engajamento Parental

Os resultados apontam para um aumento expressivo e constante na adesão dos pais e responsáveis aos encontros trimestrais. As rodas de conversa revelaram-se fundamentais para a redução do isolamento social de mães atípicas e cuidadores, promovendo o fortalecimento de vínculos intrafamiliares e institucionais. A construção de um espaço seguro de escuta desfez desconfianças históricas entre os responsáveis e as equipes escolares, transformando a relação em uma parceria colaborativa na elaboração e acompanhamento dos Planos de Ensino Individualizados (PEI).

2. Eficiência da Intersetorialidade e Resolução de Demandas Sociais

A integração pedagógica e intersetorial gerou maior agilidade na resolução de entraves que historicamente comprometiam o desempenho escolar. A ponte direta com a Secretaria de Saúde e as UBS agilizou diagnósticos, laudos e atualizações terapêuticas, enquanto o canal com o CRAS/CREAS garantiu a inclusão das famílias em vulnerabilidade no CadÚnico e BPC. Essa resposta em rede reduziu o absenteísmo escolar decorrente de crises não atendidas ou de desassistência socioeconômica.

3. Impactos a Longo Prazo na Rede Municipal

A implementação continuada e descentralizada da iniciativa tem gerado impactos estruturantes na rede municipal de ensino de Caruaru:

ISSN: 2358-8829

- Redução Significativa da Evasão Escolar: O acompanhamento próximo e a criação do sentimento de pertencimento mantêm as cerca de 3 mil crianças e estudantes assíduos e engajados na rede pública.

- Elevação da Autonomia e Aprendizagem: A continuidade do uso de rotinas visuais, CAA e materiais adaptados no ambiente doméstico aprendidos pelas famílias nas oficinas potencializou o ganho de autonomia funcional, linguística e cognitiva das crianças e estudantes nas turmas regulares.

- Prevenção da Sobrecarrega Parental (*Burnout* Cuidador): As rodas de conversa e os encaminhamentos para atendimento em saúde mental reduziram os níveis de estresse e exaustão emocional dos cuidadores primários.

- Consolidação de uma Cultura Inclusiva e Anticapacitista: A vivência continuada do projeto nas escolas formou comunidades escolares mais conscientes, empáticas e acolhedoras em relação à diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto "Acolher para Colher" consagra-se como uma tecnologia socioeducativa e de gestão pública transformadora para a efetivação da Educação Inclusiva na rede municipal de ensino de Caruaru-PE. A trajetória empírica e analítica desta intervenção demonstra que a inclusão escolar de aproximadamente 3 mil crianças e estudantes público-alvo da Educação Especial não se consolida por meio de atos isolados ou meramente burocráticos; exige a estruturação continuada de redes colaborativas que integrem a escola, o núcleo familiar e as políticas públicas socioassistenciais e de saúde.

Ao longo de sua execução, o projeto evidenciou que a presença ativa da família no espaço escolar, quando amparada por metodologias de escuta qualificada, formação prática e devolução sistemática de *feedbacks*, altera qualitativamente a relação entre a comunidade e a instituição de ensino. A transição de um modelo tradicional de reunião informativa para uma postura participativa e corresponsável viabilizou o alinhamento dos Planos de Ensino Individualizados (PEI) com as rotinas domésticas, potencializando os ganhos cognitivos, de comunicação e de autonomia funcional das crianças e estudantes.

A incorporação da governança e mediação intersetorial por meio do diálogo fluido com Unidades Básicas de Saúde (UBS), CAPS, CRAS, CREAS e demais secretarias municipais revelou-se um pilar decisivo para superar os obstáculos extrapedagógicos que historicamente inviabilizam a permanência e o desenvolvimento de crianças e estudantes vulneráveis. Essa atuação em rede não apenas desatou gargalos no acesso a laudos, terapias e benefícios assistenciais (como o BPC), mas também desempenhou um

ISSN: 2358-8829

papel humanitário no alívio da sobrecarga emocional e material dos cuidadores primários, prevenindo o esgotamento (*burnout* parental) e promovendo o fortalecimento dos vínculos intrafamiliares.

Sob o ponto de vista teórico-normativo, a práxis do "Acolher para Colher" ratifica a atualidade das diretrizes da Declaração de Salamanca e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ao mesmo tempo em que operacionaliza os conceitos vygotskianos de mediação e zona de desenvolvimento proximal, aliados à visão de Mantoan sobre a urgente corresponsabilidade entre escola e família. A iniciativa comprova que a equidade educacional se constrói na eliminação diária de barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas.

Em suma, os impactos de longo prazo observados redução dos índices de evasão escolar, elevação da retenção de aprendizagens, fortalecimento do pertencimento comunitário e disseminação de uma cultura anticapacitista posicionam o projeto como um modelo de referência municipal para a consolidação de políticas públicas inclusivas, equitativas e sustentáveis.

Com base nos achados e no alcance social do projeto, recomendam-se as seguintes ações para o fortalecimento continuado da política educacional no município:

- Institucionalização como Política de Estado: Garantir a perpetuação do Projeto "Acolher para Colher" através de decreto ou lei municipal, assegurando sua continuidade independentemente de gestões políticas transitórias.
- Expansão da Infraestrutura Especializada: Ampliar o número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e a contratação de docentes especializados no Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo a cobertura total da rede municipal (zonas urbana e rural).
- Formalização de Protocolos Intersetoriais: Criar fluxos de atendimento prioritário institucionalizados entre as Secretarias de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, reduzindo a burocracia na obtenção de pareceres de saúde, terapias e suporte assistencial.
- Formação Continuada e Letramento Anticapacitista: Estender os eixos de capacitação às equipes de professores regentes da sala comum e aos funcionários de apoio escolar, fortalecendo o letramento antirracista e anticapacitista em toda a comunidade escolar.
- Pesquisas Longitudinais de Acompanhamento: Fomentar parcerias com instituições de ensino superior para a realização de estudos acadêmicos longitudinais que mensurem a evolução do desempenho acadêmico, da autonomia funcional e da inserção social das crianças e estudantes beneficiados ao longo de sua trajetória escolar.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru-PE e à Gerência de Educação Especial Inclusiva, pelo apoio institucional ao Projeto "Acolher para Colher". Aos professores do AEE e Profissionais de Apoio Escolar pela dedicação nos encontros de 2025. Agradecemos de forma especial às famílias, pela valiosa parceria e corresponsabilidade na caminhada educacional, e a todos os parceiros intersetoriais da rede de proteção (Saúde, Assistência Social e demais pastas municipais) por tornarem possível uma atuação verdadeiramente integral, democrática e inclusiva em favor de todas as crianças e estudantes.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 de julho de 2015.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. E-Mosaicos, v. 7, p. 3-25, 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ISSN: 2358-8829

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia - UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú - PE, hilma.amarante@prof.caruaru.g12.br ;
[2]Graduada pelo Curso de Matemática pela Faculdade Anhanguera - PE, maisa.lima@caruaru.g12.br
[3]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA - PE, priscila.educacaoespecial@gmail.com .